

Título da comunicação: Uma perspetiva sobre o contributo do repositório para o arquivo institucional.

Resumo:

O advento dos Repositórios Institucionais (RI) de Acesso Aberto e aceitação deste modelo de publicação pela maioria das instituições de ensino superior (IES) em Portugal, veio proporcionar a identificação, recolha, aglutinação, organização e disponibilização de massas documentais de tipologias variadas, que refletem a dinâmica de produção científica das várias IES. Não fora a criação dos RI e, certamente, muitos dos documentos produzidos nas IES seriam votados ao esquecimento, à deterioração e à destruição definitiva. Os RI constituíram assim uma oportunidade ímpar, não só de levar ao conhecimento público todo o trabalho científico realizado nas respetivas instituições ao longo dos tempos, como deram um contributo definitivo para a sua recuperação, reutilização e preservação de longo prazo.

Não é por demais afirmar que os repositórios são inclusivos e esta sua característica é modelada por várias dimensões que não se limitam ao tipo e natureza dos documentos, à área científica de maior projeção, ou a trabalhos efetuados por autores mais reputados, mas envolvem também a dimensão temporal, já que estes procuram abarcar a totalidade do conhecimento científico produzido e registado, nas respetivas IES desde a sua criação.

A organização do trabalho dos repositórios é geralmente pautada pela utilização de instrumentos de gestão organizacional e funcional que determinam a interação do repositório com a sua comunidade e vice-versa. Estes instrumentos são, em regra, as políticas de depósito de documentos no repositório, vulgarmente apelidadas de “*Políticas Mandatórias*”. Para além das *Políticas Mandatórias (PM)*, de natureza local-institucional, outros instrumentos, de âmbito nacional, foram produzidos nos últimos anos, nomeadamente o art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de Agosto, que estabelece a obrigatoriedade de depositar uma cópia das teses de doutoramento e outros documentos relativos à obtenção do

grau de doutor e das dissertações de mestrado num repositório da Rede do Repositório de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e ainda a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujo âmbito são todas as publicações realizadas com financiamento total ou parcial da FCT.

O presente estudo procura avaliar o contributo dos RI das IES para o arquivo institucional, tendo em conta os três instrumentos de trabalho referidos.

Para a sua realização foram seleccionados, no Portal do RCAAP, seis repositórios de IES públicas (três de universidades e três de institutos politécnicos), sendo os critérios de seleção: ter a *Política Mandatória* publicada na página do repositório e estar entre os três repositórios com maior número de documentos arquivados, para cada categoria de IES.

Foram seleccionados os seguintes RI: Repositório Aberto-Universidade do Porto, Estudo Geral-Universidade de Coimbra, RepositoriUM-Universidade do Minho, Biblioteca Digital-Instituto Politécnico de Bragança, Repositório Científico-Instituto Politécnico de Castelo Branco, Repositório Científico-Instituto Politécnico de Viseu.

A análise das PM dos RI revelou a preocupação das instituições com a abrangência e forma, isto é, todos os tipos de documentos (incluindo literatura cinzenta) e publicações de carácter científico e técnico devem ser depositadas no repositório, preferencialmente no seu formato final, bem como teses de doutoramento e dissertações de mestrado. O conteúdo quer da Política de Acesso Aberto da FCT, quer do artigo 50.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de Agosto, reforçam a obrigatoriedade do depósito dos tipos de publicações a que respeitam nos repositórios da rede RCAAP, constituindo-se também como contributos ao funcionamento.

Parece assim poder-se concluir que os Repositórios institucionais podem ser contribuintes diretos do arquivo institucional, já que agregam, organizam e procuram preservar todos os *outputs* científicos das respectivas instituições na sua forma final. Fazem-no de modo transparente e observando regras internacionais

de organização de dados e metadados. São interoperáveis com outros sistemas e registam preocupação com a preservação de longo prazo.

Identificaram-se, contudo, alguns problemas que poderão ser objeto de reflexão com vista à sua resolução. Entre estes problemas destacam-se as questões relacionadas com direitos de autor que poderão impedir o depósito e a consequente preservação do *output* final, a existência de mais do que um exemplar do mesmo documento depositado no mesmo repositório ou em vários repositórios, originando redundâncias, a multiplicidade de formas do mesmo documento (*preprint*, *postprint* e outras), a qualidade do exemplar, o que coloca a questão sobre qual o documento (conteúdo/formato) a preservar enquanto parte do arquivo científico/documental da instituição.

Nota biográfica:

Maria Eduarda Soares Monteiro Pereira Nogueira Rodrigues. Bibliotecária coordenadora das Bibliotecas da Escola Superior Agrária (desde 1986) e Escola Superior de Artes Aplicadas (desde 2004) do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). É administradora do Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco (RCIPCB). Fundou e dirige desde 2009 a Newsletter do RCIPCB. Membro do Conselho Redatorial da Revista *Agroforum*, publicação semestral da Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Responsável do IPCB para as questões relacionadas com a b-on e Sistema de Gestão da Qualidade das Bibliotecas. Atualmente é interlocutora do IPCB junto da DGLAB no Projeto de Gestão Documental para as Instituições de Ensino Superior. Responsável institucional pelos conteúdos da Biblioteca Virtual do IPCB. Possui vários trabalhos publicados. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pós-Graduada em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciências da Informação e da Documentação pela Universidade de Évora. Frequenta atualmente o Curso de Doutoramento em Ciencia de la Información e de la Comunicación na Universidade de Extremadura, Espanha.